

Augusto: imagem, poder e legitimação do principado

Augustus: image, power and principate legitimacy

Ygor Klain Belchior*

MARTINS, Paulo. *Imagem e poder: considerações sobre a Representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

Palavras-chave: Paulo Martins; imagem e poder; principado

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil E-mail: ygorklain@gmail.com

*DIVI F. AUGUSTO COS. VIII
DEDIT CLVPEVM VIRTVTIS
CLEMENTIAE IVSTITIAE
PIETATIS ERGA DEOS
PATRIAMQVE.¹*

Primeiramente, gostaria de dizer que me apraz muito a possibilidade de resenhar esse excelente livro publicado pelo Professor Paulo Martins do Departamento de Letras e Línguas Vernáculas da Universidade de São Paulo, em 2011. Pois, além de não encontrar resenhas sobre essa publicação em nenhuma revista brasileira, o que é uma pena, é um livro que demorei a ter contato por motivos maiores de pesquisa que não dialogavam com essa temática, mas que já havia me chamado a atenção. O motivo disso é que estava presente no Colóquio anterior a publicação deste livro, realizado pelo Laboratório de Estudos sobre o Império Romano,² da Universidade Federal de Ouro Preto, o mesmo que permitiu o meu primeiro contato com o autor e o seu trabalho sobre imagens.³ Trabalho o qual me instigou a repensar a leitura das minhas fontes antigas, que na época eram as obras de Cornélio Tácito, e que também ampliaram o meu interesse em sua interessante pesquisa, me impulsionando para, na primeira oportunidade, adquirir esta obra e apresentá-la aos leitores brasileiros em forma de resenha.

Quanto ao livro em questão, é uma pesquisa muito instigante e que envolve o diálogo com muitos discursos imagéticos e textuais, da época de Augusto e também de recepções posteriores, que foram construídos em torno de uma ideia de poder que visava sustentar a nova realidade política proporcionada pela substituição de um regime de governo republicano para o regime do Principado. Assim, é preciso dizer que este diálogo visou problematizar a persuasão coletiva, importantíssima na afirmação deste regime autoritário, oriunda da circulação destas obras. Processo que foi feito, especialmente, através da exaltação de algumas das características implícitas ao governante, como a potência, a justiça, o mérito, e a *fides* política do *princeps*, qualidades as quais Paulo Martins consegue trazer à luz de uma maneira muito clara e erudita e relacioná-las com uma finalidade política de projeto de poder. E esta finalidade, como sabemos, foi a criação de um ambiente favorável à concentração de poder nas mãos de Otaviano, a tal ponto que seu nome e a sua *persona* passaram a figurar elementos essenciais de propaganda que garantiram a sua posição de maior poder e prestígio na *respublica*. Tudo isso sem apelar para o poder supremo de uma legitimação monárquica ou até mesmo ditatorial. Augusto, por consenso, passa a ser divino e assumir características importantes para a compreensão do exercício do poder em Roma e também da cultura e da mentalidade das pessoas que produziram e que consumiram essas representações. É, portanto, um estudo sobre a aparência das coisas através de uma mensagem política que passa a ser reconhecida e aceita. A mesma

que, e aqui entra um ponto muito positivo da obra de Martins, não será lida através de preceitos modernos ou de teorias de análise de discursos disponíveis na academia, como as análises do discurso da semiótica, mas através de um diálogo com as obras e a produção retórica à época. Para Paulo Martins, é importante estudar como os antigos viam e concebiam as imagens.

Visando atingir os seus objetivos, o livro foi dividido em três partes principais, mais uma apresentação, feita por João Batista Toledo Prado, uma introdução e a conclusão. Estas etapas serão apresentadas na sequência desta resenha. Quanto a apresentação, que no caso deste livro vale a pena ser mencionada em uma resenha, esta é intitulada *É ver para (fazer) crer* e se inicia com uma instigante reflexão chamando os leitores para um outro tipo de mundo, o romano, onde não se conheceram meios de comunicação muito comuns à nossa sociedade contemporânea. A saber os jornais impressos, folhetos, gráficas, panfletos, *outdoors*, nem cinema, televisão, *internet* ou agências de *marketing*. Nesse sentido, a apresentação vai introduzindo quais os locais e o público que tinham acesso às imagens aqui trabalhadas por Paulo Martins no intuito de levantar as diferenças pelas quais um autor deve trilhar quando se trabalha com objetos antigos e que possuíam finalidades distintas daquelas que atribuímos a eles, como vasos e moedas. Afinal, como o livro está centrado em um estudo do mundo antigo, é preciso atentar para o fato de que boa parte do material analisado era restrito, como os textos literários voltados para uma elite, e outros dependiam de sua localização em lugares de circulação, seja as ruas, prédios e edifícios públicos, que atendiam os transeuntes e os comerciantes do dia-a-dia, com seus murais e estátuas, ou através da circulação de vasos e de moedas. Todas essas situações eram invariavelmente essenciais para o suporte de representações imagéticas e/ou textuais, “cujo múltiplos e vários motivos iam do repertório mitológico à cena política, não raro mesclando as duas esferas” (p. 14). Após essa breve apresentação, o livro tem início com a sua *Introdução* que, além de ressaltar os objetivos e a temática do livro, Martins demonstra nela o cuidado que um pesquisador deve ter em tratar essas representações de Augusto como objetos que não serão consumidos (ou lidos) da mesma maneira em todas as localidades do vasto território que correspondia o Império Romano. Este que era composto de bretões, celtas, gauleses, germanos, gregos, macedônicos, persas, etíopes etc., mas que, apesar disso, sob a crítica daquilo que pode ser semelhante na formação de todas essas identidades, quando mescladas com a romana, visa extrair as interferências entre passado, presente e futuro na formação de uma memória coletiva sobre o poder que visa a *aeternitas*, mas também a limitação daqueles que estavam aptos para observá-las.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado *Aspectos preliminares*, Paulo Martins irá investigar o *estado da questão*, onde procura observar a circulação destas imagens sobre Augusto em uma longa duração como um fenômeno que

acontece em rede, a da comunicação. Assim, o autor afirma que é preciso estudar o percurso de divulgação destas imagens dentro do contexto ao qual elas foram produzidas, claro que tendo em mente uma “memória social”, fruto de um passado, como as representações de Júlio César, e também um futuro, exposto neste livro através das imagens da Cruz de Lotário e o Camafeu de Augusto. Esse diálogo leva à conclusão de que é “possível tratar as artes miméticas através da pressuposição de que era possível figurar a mesma tópica ora na prosa, ora na poesia, ora na pintura, ora na escultura, ora na numismática, conforme o seu gênero específico” (p. 39). A exemplo dos discursos do epidídico que eram voltados para as funções do *mouere*, *docere* e *delectare*, ou seja, convencer, comover e, fundamentalmente, ensinar. Fato que aproxima as imagens, como discurso, da propaganda política, da propagação de uma imagem ideal. Sendo assim, é possível observar as imagens de Augusto não somente como pura e simples imagens de uma pessoa, mas como um discurso que dialogava com elementos mitológicos e até mesmo atuais, como os rumores ou a crença popular, e que tinham como principal objetivo promover a manutenção e a ampliação do poder que estava se constituindo. E, para sustentar essa proposta, este capítulo ainda oferece ao leitor uma discussão sobre os contextos históricos da República e do Principado, com foco nas propagandas políticas empregadas por César e Otaviano, através de um ideal republicano – que representava a sua condição política e religiosa – chegando ao conseqüente afastamento entre elas, após a vitória de Augusto em Ácio (31 a.C.), com a centralidade na própria *persona* do novo governante. Augusto, com isso para a ser representado através de uma *amplificatio* de sua própria *persona*, já que ocorre, em alguns casos, a reclamar a sua hereditariedade divina, como filho de César, ou, em outros casos, assumir a própria divinização como Apolo.

Lançada a apresentação destas imagens e o seu contexto de produção, Martins avança sua análise para o segundo capítulo do seu livro. Este capítulo é intitulado *Construção da Imagem: uma história de conceitos* e possui como principal objetivo o de resgatar os conceitos de imagem no mundo greco-romano. Esse resgate é feito através do um diálogo entre as produções que trazem a correlação ente a produção verbal e a não verbal,⁴ muito embora, tal como reconhece o autor, as formas de representações imagéticas sejam anteriores àquelas da escrita. Sobre o catálogo de conceitos, ele se encontra dividido em duas partes: os helênicos e os romanos. Dentre os primeiros, Martins trás o ponto de vista platônico, extraído do livro *A República*, livro 6, onde entende que o conceito de imagem ocupa uma posição semelhante à operação discursiva e poética, pois pode usufruir, assim como um escultor o faz, de partes belas de vários objetos da mesma espécie para formar algo excelente, como a perfeição de um corpo. Outro autor helênico trabalhado é Aristóteles, principalmente através de uma leitura do conceito de *μίμησις*, que representa aristotelicamente, a figuração de algo, direta ou indiretamente, mas

que propiciava uma certa sensação de prazer intelectual através da habilidade daquele que a praticava. Além disso, o que é observado por Martins, é que além da aproximação com Platão, Aristóteles também propõe que é possível deleitar-se com representações que não tenham como fim atingir a beleza, como aqueles artífices que, tanto na poesia como na escultura, passavam diferenciar seus objetos miméticos pelo vício ou pela virtude. O que deve ser buscado, portanto, é a representação de verossímeis ou a criação de seres tipificados, muito próximo da relação símile ou metáfora, que permite uma dupla relação entre o ser representado e a representação, já que tanto um quanto o outro passam a adquirir os valores que pertenciam a apenas um dos lados.⁵ Outros dois exemplos importantes de leitura de imagens são retirados dos epicuristas que, embasados na evidência, relacionam a imagem com o grau de credibilidade que ela apresenta, como irrefutável e verdadeiro, essencial para o convencimento. Por último, o autor nos apresenta os estoicos, através do conceito de *φαντασία* que promove um poder imaginativo da própria imagem e que se ocupará do invisível, como o processo de divinização de Augusto quando este é representado como Júpiter.

Ainda neste mesmo capítulo, Paulo Martins passa a análise dos romanos, principalmente por se tratar de um livro que busca estudar imagens desta época. Porém, cabe destacar que essa abordagem não elimina aquilo que já havia sido exposto anteriormente, já que a tradição grega chegou até os dias romanos através das escolas filosóficas, como as retóricas, responsáveis pela formação do *civis* romano, e a própria prática política decorrente, em parte, desta formação. Nesta etapa, o autor destaca alguns conceitos-chave para a leitura das obras, tais como o de *representare*, que tem como a função trazer a própria imagem (*imago*) da memória ao presente, isto é, revitalizá-la; o conceito de *representatio* que dá a evidência (*evidentia*/ “*εχφρασις/ένάργεια*) a aquilo que é representado; o conceito de *adumbrare* que significa representar com perfeição, como um determinado *ἔθος* do figurado; o conceito *fingere* que está intimamente ligado aos traços característicos encontrados nas máscaras de cera, produzidas por ocasião da morte dos romanos, como também ao ato de esculpir, imaginar, inventar e fingir (no mesmo campo das *φαντασίαι*); o conceito de *figura* que possui uma acepção muito próxima ao conceito de *fingere*; o conceito de *effingere* que pressupõe a descrição acumulativa de características físicas e anímicas próprias do objeto modelado, principal meio de obtenção de *evidentia*, como a imitação de características psíquicas; o conceito de *pingere* que se aproxima do conceito de *effingere*, porém, nomeiam mais especificamente os resultados da arte figurativa; o conceito de *simulare* que tinha a função de produzir um sentido religioso de uma imagem, que não corresponde à realidade; o conceito de *simulacrum* que atribuía as características divinas aos seres mortais; o conceito de *imaginare* que também atua no âmbito das *φαντασίαι*, como criar um personagem; e, por último, o

conceito de *imago* que assume os seguintes sentidos: representação figurativa, similitude e comparação. E assim, tendo observado os nomes da imagem entre os gregos e romanos, é que Paulo Martins partirá para a próxima etapa de sua análise, onde visará estudar como as figurações poderiam se relacionar com o poder romano entre os séculos I a.C. e I d.C.

Desta maneira, o livro introduz o seu último capítulo, *Finalidade da imago*, onde serão aplicados os conceitos anteriores em uma sequência de imagens escolhidas pelo autor no sentido de constatar a existência de uma imortalidade advinda da atividade artística. Esta que pereniza o sujeito manipulador de material, mas também o sujeito manipulado, como o objeto da representação, ou, neste caso, Augusto. Assim, aquilo que aconteceu com muito frequência em seu governo, no caso o mecenato, não deve ser apenas lido como uma forma de bemestar do poder, mas, sim, como um projeto de perenização do sistema. E para comprovar essa hipótese, Martins realiza um diálogo muito tênue entre a poesia augustana, como Virgílio, Propércio e Ovídio, com as representações imagéticas oriundas da arquitetura, da estatuária e da numismática, encontrando pontos comuns, como as tópicas discursivas que davam um significado maior àquilo que estava sendo representado. Este retrato magnífico construído de Augusto, portanto, encerrava a divinização do Imperador e suas qualidades como sendo a própria personificação do governante. Representação e representado, neste caso, se confundem e aquilo que é acontecimento ou φαντασία não mais importam, pois as representações criam um “efeito de verdade” e de perenização daquilo que estava sendo patrocinado.

Augusto, assim, não é apenas um homem, mas um deus que se relaciona às características de diversos deuses, além de assumir todas as qualidades atribuídas a ele, sejam aquelas moldadas ou até mesmo inventadas. Esse raciocínio fica mais claro quando Martins exhibe ao leitor as diferenças marcantes entre as representações estatuárias feitas no final da República e aquelas de Augusto no início do Principado. Ou seja, para o autor, é possível afirmar que o *princeps* passa a ser representado, ou modelado (*ingere*), como alguém cuja a predestinação já havia sido determinada antes mesmo do seu nascimento, um homem cujo o advento era esperado antes mesmo da fundação da cidade. Anquises, Enéias, Rômulo, César e Augusto assumem a mesma hereditariedade, que também é divina, graças à Afrodite e à divinização do próprio César. Passado, presente e futuro, desta forma, atuam em conjunto e amplificam a representação à um nível político construindo, através da inclusão de elementos mitológicos e de qualidades do governante, um ἔθος do figurado. Desta via, a suas características implícitas, já expostas nesta resenha, como a potência, a justiça, o mérito, e a *fides* passam a fazer parte da própria representação, ou seja, Augusto passa a ser tudo isso! O representado é, portanto, mais que um simples rosto é a personificação da divindade e do

poder. Ao mesmo tempo em que o diálogo com a tradição Republicana auxilia na criação de um “efeito de verdade” ou credibilidade de todos os poderes que ele se reveste. E isso se torna mais visível quando o autor passa a analisar os retratos *post mortem* de Augusto, que são sempre representados com ele no auge da sua saúde física e com todos os atributos de sua soberania. Assim, de acordo com o *fingere* e o *simulare*, essas *imagines* irão representar não mais o Imperador, mas o poder e a autoridade que dele emanam.

Em suma, este é um livro que lida com imagens (textuais e físicas) e as relacionam, através de uma crítica ímpar, a um projeto de poder instaurado pelo mecenato de Augusto. E esse governo é o principal para todos aqueles que queiram compreender as especificidades políticas do Império Romano. Afinal, Augusto conseguiu criar uma nova realidade que passa a ser vista com muita ambiguidade em todas as esferas. As lições extraídas desse livro servem tanto para historiadores que visam estudar esse período através de perspectivas históricas, políticas e sociológicas, como também a estudantes do campo das letras e da literatura. Além disso, através de sua abordagem e de seu diálogo com as teorias imagéticas e literárias da antiguidade, proporciona a qualquer leitor instrumentos para a compreensão de discursos do seu próprio tempo. Afinal, hoje lidamos com uma sociedade que não sabe ler imagens e publicidades de uma maneira crítica, afinal, compramos carros que não são anunciados em congestionamentos, assim como ela está acostumada a apenas ler manchetes de jornais. O conteúdo e a forma são coisas distintas e que se complementam em intencionalidades que dizem respeito ao próprio tempo de produção destas obras, mas também ao passado (memória social), como a cerveja que compramos sempre acompanhada de uma mulher seminua, e o futuro, ou ao menos a esperança que o consumismo nos dê algum prazer. A compreensão de uma realidade é algo complexo e que exige muitas ferramentas, as quais poderão ser encontradas nessa deliciosa leitura, acompanhada de imagens de muita qualidade gráfica e editorial, que o livro de Paulo Martins tem a oferecer.

Notas de Fim

1 Frase latina que compõe o *clypeus*, um escudo dado pelo Senado a Augusto no início do seu governo. Esta frase em questão pode ser traduzida da seguinte maneira: “O senado e o Povo de Roma deram ao Imperador César Augusto, filho do divino [Júlio César], em seu oitavo consulado, este escudo [testemunho] da virtude, da justiça e da piedade para com os deuses e a pátria” (tradução de João Batista Toledo Prado).

2 O Colóquio em questão foi o III Colóquio regional do LEIR/ UFOP que teve como tema “Os Impérios romanos”. Há uma publicação oriunda dos textos apresentados neste evento e ela se encontra disponível de forma on-line através dos perfis dos autores no site academia.edu. Cf. FAVERSANI, F.; JOLY, F. D. (Orgs.). *As formas do Império Romano* [The shapes of the Roman empire]. Mariana: Eudufop, 2014. Para mais informações, visite o site do grupo de

pesquisa em questão: <http://www.leir.ufop.br>

3 Faço referência aqui ao grupo de pesquisas IAC – Imagens da Antiguidade Clássica: grupo de estudos em retórica e poética da imagem verbal e não-verbal, coordenado pelo Professor Paulo Martins. A finalidade do grupo estudos é a tradução e análise de textos antigos greco-latinos que versem acerca da produção imagética (verbal e não-verbal) na Antiguidade Clássica, além da observação dos desdobramentos dessa doutrina nas artes visuais como consequência da teorização, é preocupação também a aferição das teorias retórico-poéticas em confinidade com as da pintura, da escultura e da numismática. Esse texto de descrição e apresentação foi fornecido pelo próprio grupo em questão. Para mais informações sobre as atividades, publicações e pesquisas em andamento: <http://www.usp.br/iac/>

4 Nesse momento de seu texto, Paulo Martins oferece ao leitor uma passagem muito interessante e que gostaria de destacá-la em forma de nota (p. 83). A passagem em questão é um aforismo de Simônides de Céos, um poeta grego dos Séculos VI e V (556-486 a.C) que diz: “A poema é a pintura que fala, a pintura deve ser o poema calado”.

5 Como as representações de Augusto como Apolo, como patrono das artes e da guerra, e aquelas em que ele aparece como a representação de Netuno, como aquele que venceu a batalha marítima de Ácio. Neste último caso, é muito sintomática a representação desta divindade na *Iliada*, já que Netuno é o responsável por aclamar a tempestade e guiar Eneias para a Itália com segurança.

Resenha recebida em junho de 2017. Aceita em julho de 2017.